

# “Cabelo (crespo e cacheado) pro alto, me levando a saltos” em meio à ressignificação das identidades de mulheres negras em contextos sociais e organizacionais

Juliana Schneider Mesquita, Juliana Cristina Teixeira e  
Caroline Rodrigues Silva

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar processos de ressignificação de identidades de mulheres negras em sua relação com o processo chamado transição capilar e a maneira como a sociedade e as organizações vêm reagindo a essa ressignificação. O estudo contribui para o campo dos Estudos Organizacionais ao problematizar identidades em construção que transitam por diversos espaços sociais e organizacionais que precisam ser repensados a fim de compreender tal processo como muito mais amplo do que meramente estético, no sentido estrito deste termo. A pesquisa é qualitativa e envolveu a realização de entrevistas com roteiros semiestruturados com mulheres que passaram ou estão passando pela transição capilar, cujos enunciados discursivos foram analisados pela abordagem teórico-metodológica da análise francesa do discurso. Os principais resultados evidenciam que as entrevistadas, ao passarem pela transição capilar, tiveram suas identidades ressignificadas e que essa ressignificação traz relevantes alterações nas suas relações na sociedade e nas organizações.

Palavras-chave: mulher negra; identidades; transição capilar; cabelo afro; raça.

*“(Nappy, kinky and curly) hair up, leading me to leap” amid the ressignification of black women identities in social and organizational contexts*

## ABSTRACT

This article aims to analyze the resignification processes of the black women identities occurring through the so-called transition to natural hair and the way society and organizations have reacted to this resignification. The study contributes to the Organizational Studies field by problematizing identities under construction that pass through various social and organizational spaces that need to be rethought in order to understand this process as much broader than merely aesthetic in the strict sense of this term. The research is qualitative and involved interviews with semistructured scripts with women who have been or are going through the transition to natural hair, whose discursive statements were analyzed through the theoretical-methodological approach of the french discourse analysis. The main results show that the interviewees, when passing through the transition to natural hair, had their identities resignified and such resignification brought relevant changes in their relations in society and in organizations.

*Keywords: black woman; identities; transition to natural hair; afro hair; race.*


Recebido em: 20/11/2018  
Revisado em: 26/12/2018  
Aprovado em: 10/05/2019



**Juliana Schneider Mesquita** ,


Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil  
Mestranda em Administração,  
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

[juuu\\_schneider@hotmail.com](mailto:juuu_schneider@hotmail.com)

**Juliana Cristina Teixeira** ,

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil  
Doutora em Administração,  
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

[julianacteixeira@yahoo.com.br](mailto:julianacteixeira@yahoo.com.br)

**Caroline Rodrigues Silva** ,

Fundação Getúlio Vargas, Brasil  
Doutoranda em Administração,  
Fundação Getúlio Vargas, Brasil

[caroline\\_rodrigues@hotmail.com](mailto:caroline_rodrigues@hotmail.com)

## Introdução

Chegava a ser quase ódio  
 Era viver o "não posso"  
 Talvez próximo do remorso  
 Não evoluir, parar no ócio  
 Estava mesmo era na fuga  
 Queria outra textura, que loucura  
 Queria achar uma cura  
 Não aceitação nua e crua  
 Talvez em outra encarnação  
 Nessa vida já tinha o não  
 Doía ver que ele era armadão  
 Sem definição  
 Não me aceitava e nem era aceita  
 "Cabelo brombril", só gente que rejeita  
 Nunca seria a mais bela  
 Também eram apenas brancas na novela  
 E isso deixa sequelas  
 A gente sofre demais com essas tragédias  
 Não é apenas um cabelo  
 Diz do que sou por inteiro  
 Complicado e enrolado  
 Tanto o cabelo  
 Como o evento mencionado  
 Que me causava receio  
 Eu pensava desse jeito  
 Então alisa! Usa escovinha, chapinha!  
 Porque aí ameniza  
 Diminui a ira  
 De não ser aceita por essa sociedade que só  
 estigmatiza  
 - Mentira!

- Queima um pouquinho!  
 Queima a cabeça, a orelha e o meu espírito  
 Aproveita e queima a idéia do extermínio!  
 Ser apenas uma "neguinha"  
 Que a professora trata com cuidadinho  
 Porque já sofre um cadinho  
 Por ter o cabelo durinho  
 Professora que só chama no quadro  
 O loirinho, bonitinho  
 Raramente chama o "queimadinho"  
 Nele não procura piolhinho, só nos branquinhos  
 Causa dor  
 Causa nó  
 Não quero que tenha dó  
 Só que compreenda que a sociedade não fortalece  
 o nosso pronome nós  
 Me envenena lembrar  
 Me martiriza pensar  
 Que sofri tanto, vários prantos  
 Tanto desencanto  
 Compreensão só hoje  
 Entendimento tava longe  
 Me culpabilizava  
 Doía como uma flexada  
 Olhava no espelho  
 Só sentia desespero  
 Tudo preto  
 Tudo com peso  
 Agora inverteu  
 Outro sentimento se deu  
 A vida floresceu

Mari P. (2016). *Poema sem título*. São João del Rei, MG: Produção independente. Disponível em: <<http://www.youtube.com/c/MariPRapper>>. <sup>1</sup>

1 Iniciamos este artigo de modo figurativo, com um poema escrito por uma das mulheres entrevistadas desta pesquisa, evidenciando, assim, nossa postura epistêmica de necessidade para construção do conhecimento que envolve identidades racializadas. Há uma urgência em evidenciar a expressão das mulheres negras, sobretudo em um contexto no qual a escrita acadêmica nem sempre é inclusiva. Ressaltamos que não há um objetivo de realizar uma análise de discurso específica do poema, ou mesmo esgotar, neste artigo, todos os aspectos contidos em sua significativa complexidade. Por este motivo, ele vem na Introdução do trabalho e não na seção de apresentação dos resultados, uma vez que não se constituiu, diretamente, como dado de análise. Inclusive porque há expressões de sujeitos racializados e constituídos como minorias políticas que necessitam prescindir de análises diretas acadêmicas permeadas, se considerarmos uma analítica foucaultiana de poder (Foucault, 1979), pela ideia do poder como exercício e do saber como a instituição de normas e regulamentos (Souza, Junquillo, Machado, & Bianco, 2006). Assim, pedimos licença a um rigor acadêmico para iniciarmos este texto com a voz e a arte de Mari P., sendo os poemas e músicas de rap (universo do qual faz parte Mari P.), inclusive, maneiras das mulheres negras se expressarem. Sua apresentação se constitui, ainda, como uma forma de agradecimento à Mari P. e às outras mulheres entrevistadas por sua contribuição nesta pesquisa.

A tentativa de (re)construir identidades rejeitadas e marginalizadas pela cultura dominante tem ganhado espaço na sociedade neste início do século XXI. Diversos são os movimentos surgidos a fim de se problematizar a reconstrução e/ou resignificação de tais identidades, como acontece com a resignificação dos cabelos crespos e cacheados, característicos da fenotipia ligada às identidades racializadas como identidades negras. As redes sociais, nesse contexto, assumem um papel de destaque ao possibilitarem a reunião de mulheres que se identificam por conviverem com a assunção de uma estética capilar que é negada como padrão hegemônico.

Tais movimentos surgem nessas redes sociais, nas periferias, nos movimentos sociais e no feminismo negro em busca de visibilidade e reconhecimento, utilizando significativamente o discurso do empoderamento. O feminismo negro tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, construindo um significado coletivo para o empoderamento da mulher negra. Um dos caminhos buscados é o da afirmação de uma nova identidade política por meio da qual as mulheres negras possam se tornar sujeitas ativas de mudança (Carneiro, 2003).

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que se iniciou em março de 2017 e que, através de um processo reflexivo, ao qual fizeram parte outros atores<sup>2</sup> além das autoras, pôde ser revertido neste artigo. O objetivo foi analisar processos de resignificação de identidades de mulheres negras em sua relação com o processo chamado transição capilar, na qual se opta pelo fim do uso de procedimentos químicos nos cabelos a fim de se utilizá-los como naturalmente são e a maneira como a sociedade e as organizações vêm reagindo a essa resignificação.

Por meio de uma pesquisa qualitativa, o intuito é analisar as experiências subjetivamente construídas por essas mulheres com esse processo; as significações identitárias desse processo; e como a sociedade e as organizações vêm (re)agindo diante do surgimento de movimentos de resistência aos padrões estéticos europeus, mais especificamente sobre mulheres negras que optaram passar pela transição capilar e a resignificação da beleza do cabelo afro.

O processo de transformação pelo qual mulheres que alisavam seus cabelos decidiram por libertar-se da química é chamado no Brasil de transição capilar. A transição pode ocorrer de diversas formas: deixar o cabelo crescer para gradualmente ir cortando as partes do cabelo com química até deixá-lo totalmente natural e, após um período de transição (que varia de indivíduo para indivíduo), realizar o *big chop* (grande corte), retirando de uma única vez toda a química; e/ou optar pela utilização de tranças, perucas, *mega hair*, raspar a cabeça.

Na última década, com a força das redes sociais, nas quais são formados grupos direcionados a mulheres em transição capilar que culminam em parcerias que despertam debates políticos e sororidade, (res) surge a tendência cada vez mais estruturada das mulheres em não aceitar mais as pressões de branqueamento, a luta pela valorização da beleza negra e o empoderamento do cabelo natural. Entra à pauta social de luta esta afirmação das raízes e do corpo negro como legítimo e belo.

<sup>2</sup>As autoras agradecem as valiosas contribuições dos pareceristas deste periódico para o aprimoramento do artigo.

A temática mulher negra tem tido sua importância negada dentro dos estudos organizacionais (Conceição, 2009). Um levantamento de artigos sobre o tema em algumas das principais revistas de administração do país que possuem mecanismo de busca em seus próprios sites — Revista de Administração Contemporânea (RAC); Revista de Administração de Empresas (RAE); Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP) e Revista de Administração Mackenzie (RAM) — mostrou que, dos 23 artigos, apenas dois abordam de alguma forma a temática, porém somente em um deles há interação entre gênero, raça e classe (Conceição, 2016).

Percebemos importantes avanços nos estudos organizacionais internacionais sobre a interseccionalidade como em Acker (2006), por exemplo, que trata das relações de desigualdade sob a ótica sexo, raça e classe, e sobre como identificar barreiras à criação de igualdade nas organizações de trabalho. Na literatura brasileira, Lage e Souza (2017) analisaram como são percebidos os aspectos corporais atribuídos a mulheres negras, sendo um marco o tema cabelo crespo das mulheres negras no ambiente organizacional.

Diante do silenciamento sobre a temática mulher negra no campo da administração, o presente estudo pretende contribuir para o debate sobre processos identitários relacionados às mulheres negras brasileiras e suas (res)significações *na sociedade e no trabalho*. Assim, o problema de pesquisa que se apresenta é: como a transição capilar tem ajudado mulheres negras a ressignificarem suas identidades e quais as relações entre essa ressignificação e suas experiências na sociedade e nas organizações? Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa de cunho exploratório. As sujeitas desta pesquisa são mulheres que se autoidentificam em termos raciais e de cor como negras e que passaram ou estavam passando no momento da entrevista pelo processo da transição capilar. A abordagem teórico-metodológica deste estudo é a AFD (Análise Francesca do Discurso). As entrevistas foram realizadas on-line via ferramenta de vídeo pelo Facebook de forma completamente síncrona com roteiro semiestruturado.

O artigo contém esta introdução, seguida pelo referencial teórico, que problematiza em dois subtópicos: as Identidades sociais e raciais; e as Relações raciais na sociedade e nas organizações. Em seguida, apresentamos os caminhos metodológicos, um tópico especial para apresentar as sujeitas da pesquisa, depois as análises das entrevistas, divididas em três subtópicos. Para finalizar, apresentamos um tópico de discussões, as considerações finais e as referências.

## Identidades sociais e raciais

As identidades são “fontes de significado para os próprios atores” (Castells, 2006, p.23). Para Hall (1999), as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, e dessa forma estão surgindo novas identidades que fragmentam o indivíduo moderno. A identidade do sujeito pós-moderno é resultado de fragmentações, ou seja, várias identidades coexistem — mesmo se forem contraditórias ou não resolvidas. Assim como Hall, ainda que não pautadas na crença de uma

epistemologia pós-moderna, mas aqui, especificamente, pós-estruturalista, defendemos que a identidade é resultado de uma formação histórica e é múltipla (Carrieri, Paes de Paula, & Davel, 2008).

Adotamos nesse trabalho a visão foucaultiana de sujeito, ou seja, acreditamos que o sujeito não existe a priori, sendo assim não se pode dizer que exista uma essência identitária *per se*. Para Foucault (1979), as identidades são umas das primeiras produções de poder agindo na sociedade. Falar de sujeito é falar daquele que se liga a uma identidade social que reconhece como sendo sua, porque se refere a uma construção histórica e social de identidades (Barreto & Rios, 2012).

Foucault, em seu método arqueológico, atrela identidade à historicidade e memória. A partir do momento em que o indivíduo existe, inicia-se o processo de construção do sujeito, portanto a significação dos discursos e experiências vividas na infância são cruciais para determinar a quais identidades aquele indivíduo se ligará ou não. Sendo a subjetivação o processo de constituição do indivíduo em sujeito, os modos de subjetivação são a maneira pela qual os sujeitos se relacionam com os objetos produzindo subjetividades (Foucault, 2004). Enquanto sujeitos ligados a identidades, a subjetivação transforma a relação sujeito-objeto em conhecimento, "o sujeito não preexiste ao discurso, ele é construído/constituído no e pelo discurso" (Foucault, 1999, p. 97). Podemos, então, concluir que existe uma relação de interdependência entre identidade, sujeito e discurso.

Padrões de identidade e modelos são construídos em localizações de espaço e tempo que ditam como a pessoa deve ser e agir (Carrieri, Perdigão, & Aguiar, 2014; Izquierdo, 1994). Dessa forma, a formação da identidade dar-se-ia de maneira evolutiva e reflexiva, decorrente de julgamentos, muitas vezes inconscientes, sobre si próprio e da percepção de julgamento dos demais sobre si (Fernandes, Marques, & Carrieri, 2010; Dubar, 1997). No contexto contemporâneo, padrões de identidade aliados à percepção de julgamento dos outros sobre si, associados a incertezas, mudanças e diferentes pressões da sociedade muitas vezes acarretam crises a respeito de como o sujeito se constrói e como se liga ou não a determinadas identidades socialmente construídas.

Filosoficamente, significar pode ser entendido como dar sentido, expressar significado, valores, sentimentos. Nem sempre os discursos possuem o mesmo significado que seu conteúdo semântico possui, pois as formações discursivas são permeadas por ideologia. Para Bakhtin (1988) existe um duplo referencial semântico nos processos de significação: o primeiro formado por significações construídas ao longo da história social e cultural do homem; o segundo, formado por experiências individuais e sociais. O primeiro pode ser considerado relativamente fixo, ainda que possua natureza dinâmica; em oposição, o segundo tem característica extremamente dinâmica, que se faz e refaz nos processos discursivos. A esse refazer chamamos resignificação, uma vez que novos significados podem ser atribuídos ou mesmo desfeitos.

Nesse processo de resignificação, tomamos o cabelo ao analisar a relação da transição capilar com o mesmo; porém não de modo a considerar que ele seja a síntese identitária das mulheres negras, ou que elas possam ser



resumidas aos seus cabelos. O que definimos, aqui, é um recorte específico teórico que analisa as relações do mesmo, enquanto parte do corpo, com as especificidades de vivências identitárias das mulheres negras em nosso contexto social, considerando que “o indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos” (Foucault, 1979, pp. 161-162).

O cabelo é considerado um dos elementos centrais das identidades de mulheres negras desde as antigas civilizações, possuindo significado espiritual, social, cultural e estético (Byrd & Tharps, 2001). Diferentes estéticas capilares eram utilizadas para diferenciar idade, religião, posição social e estado civil. Durante o período medieval africano, por exemplo, no império *wolof*, as jovens raspavam parcialmente a cabeça para indicar que estavam solteiras (Byrd & Tharps, 2001). Ani (1997) argumenta que a espiritualidade representou e continua representando um papel primordial na cultura negra. Para Jere-Malanda (2008), identidade e cabelo são inseparáveis, sendo um eufemismo supor que o cabelo seja apenas parte da identidade cultural africana. Podemos concluir, então, que tanto para homens e mulheres africanos quanto para seus descendentes da diáspora africana, o cabelo está intrinsecamente ligado à identidade cultural, à espiritualidade, à ancestralidade e às noções de beleza.

O atual movimento de transição capilar tem suas raízes no movimento *Black Power* que surgiu na década de 1960 nos Estados Unidos como um movimento político e identitário marcado pelo uso do cabelo natural em destaque e com o slogan *Black is Beautiful* (negro é bonito), como enfrentamento da imposição da estética eurocêntrica (Coutinho, 2011). Durante os anos 1960, os negros que trabalhavam ativamente para criticar, desafiar e alterar o racismo sinalavam a obsessão com o cabelo liso por parte dos negros como um reflexo da mentalidade colonizada. Foi nesse momento que os penteados afro, principalmente o *black*, entraram na moda como símbolo de resistência cultural à opressão racista (Carmichael & Hamilton, 1967).

Os penteados naturais eram associados à militância política. Muitos jovens negros perceberam o valor político atribuído ao cabelo alisado como sinal de reverência e conformidade frente às expectativas da sociedade (hooks, 2005). Porém, segundo hooks (2005), as lutas de libertação negra não conduziram a mudança revolucionária na sociedade e assim houve um rompimento da relação entre a estética, política e a resistência feita por meio dos *blacks* à hegemonia da branquitude. Assim sendo, os cabelos se homogeneizaram novamente na cultura do alisamento.

A noção de branquitude se refere às identidades racializadas como brancas, sendo socialmente construída como um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos que colaboram para a construção e a reprodução do preconceito racial (Silva, 2011). O fato dos estereótipos negativos estarem diretamente associados à cor e a raça negra faz com que os brasileiros mestiços e grande parte da população com ascendência africana, de maneira geral, não se classifiquem como negros (Schucman, 2012). Temos então o processo chamado de branqueamento, o qual foi historicamente responsável pelo crescimento e disseminação significativos

de técnicas de alisamento de cabelos (presentes na trajetória de muitas mulheres desde a infância), de clareamento da pele e cirurgias plásticas direcionadas ao afinamento de traços do rosto, permeado por uma busca de adequação ao padrão de beleza hegemonicamente aceito pela sociedade. Tais práticas são historicamente ancoradas, inclusive, pelos contextos de imigração de mão de obra europeia, na qual a miscigenação era incentivada com o propósito de branqueamento da sociedade, pois o negro era visto como selvagem, não-civilizado, uma raça inferior (Pinto, 2010).

Nesse contexto, observamos que houve historicamente processos de tentativa de destituição de elementos estéticos socialmente associados às identidades racializadas como negras. Os movimentos negros contemporâneos enfatizam a importância da construção de uma identidade negra positiva enquanto caminho para a conquista da plena cidadania (Munanga, 2004). No que tange à construção de sua identidade, vislumbram-se diversos processos construídos historicamente que contribuíram para a atribuição de um caráter negativo de aspectos identitários da população negra, pautando-se principalmente na ideologia do branqueamento, como exposto anteriormente. Daí a necessidade de se estudar as novas concepções de resistência e identidade negra na atual conjuntura da nossa sociedade, e problematizar as questões de racismo e desigualdade na estrutura social que continuam relevantes (Horne, 2007), apesar do mito da democracia racial fazer parte do imaginário em torno da identidade nacional (Guimarães, 2006).

Em relação ao posicionamento das pesquisadoras neste artigo, assumimos que a atribuição da ideia de uma única identidade racializada como negra não necessariamente possa ser o caminho viável do ponto de vista pós-estruturalista aqui assumido, pois defendemos a consideração de identidades que são múltiplas e que podem, inclusive, se diferenciar dentro de categorizações identitárias raciais. Nesse sentido, reconhecemos a importância da construção identitária racial negra de modo positivado, questionando as negativizações relacionadas a essas identidades no contexto social. No entanto, não reivindicamos, necessariamente, a assunção da ideia de uma única identidade negra, pois assumimos o risco de que criar categorias é abrir espaço para a constituição de hierarquias, inclusive dentro da própria noção de identidade racializada como negra (como quando se observam discussões a respeito daqueles que seriam autênticos negros ou não presentes em embates discursivos acerca de lugares de fala).

## ■ Relações raciais na sociedade e nas organizações

No Brasil colonial o conceito de raça era atrelado às características biológicas, e científica e politicamente era defendida a ideia de superioridade da raça branca em detrimento das demais, legitimando, assim, os diferentes tratamentos dados a brancos, negros e índios (Teixeira, 2015). O que deve ser problematizado não é o conceito de raça e nem diferentes características biológicas, mas a criação de uma relação intrínseca entre o corpo, os traços físicos, a cor da pele e as qualidades intelectuais, culturais, morais e estéticas. Grande parte dos autores contemporâneos declaram que o conceito de

raça, embora não se sustente mais sob sua perspectiva biológica, hoje se inscreve enquanto fenômeno carregado de ideologia, como construto social e histórico. Está presente no imaginário social e pauta-se em raças fictícias (Munanga, 1998) construídas a partir de diferenças no fenótipo, como o tom da pele, a textura do cabelo, dentre outros, sendo então essas diferenças fenotípicas as responsáveis pela manutenção contemporânea do racismo.

Preconceito racial, de acordo com Nogueira (2007, p. 292), é uma “disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece”. Caso esse preconceito se refira à aparência das pessoas, é considerado preconceito de marca; e se a manifestação do preconceito ocorre pela descendência do grupo étnico do indivíduo, diz-se que é de origem (Nogueira, 2007).

As relações raciais ocupam o campo semântico sobre o que é ser negro, branco, índio e mestiço na nossa sociedade, possuindo também conteúdo político-ideológico de hierarquização (Munanga, 1998), revelada quando observamos a posição que, historicamente, a população negra ocupa no estrato social brasileiro. Portanto, a discussão sobre as relações raciais perpassa pela compreensão das relações de poder que permeiam a sociedade (Nascimento, Oliveira, Teixeira, & Carrieri, 2015).

Nas relações raciais, Sansone (1996) classifica o mercado de trabalho, o mercado matrimonial e o contato com a polícia como as áreas duras para a população negra, nas quais já existe uma determinação socialmente construída de qual posição ela ocupará e que dificilmente conseguirá transitar além dela. Tornam-se evidentes os mecanismos do preconceito de marca quando determinados trabalhos são atribuídos aos negros como, o trabalho doméstico, por exemplo, e quando há o estranhamento ao ver negros em carreiras normalmente associadas aos brancos, como: a medicina e o magistrado. Nascimento *et al.* (2015) acreditam na possibilidade de uma resignificação político-ideológica dos lugares que a população negra ocupa nessas áreas consideradas duras, por meio de uma crescente ocupação desses lugares que lhes foram historicamente negados.

A definição do que é belo ou não é uma construção social e, assim sendo, é perceptível a supremacia da estética europeia e branca, a qual esteve historicamente presente no contexto mercadológico da indústria da moda, como podemos perceber em capas de revistas, comerciais, desfiles e editoriais. Ipiranga, Lopes e Souza (2016, p. 2) enunciam que “a estética diz respeito a toda a complexidade de experiências humanas”. Para Strati (1992), estética é como a sensibilidade dos homens, que pode ser aplicada em suas observações na vida cotidiana e que invoca o uso de percepções como as que são proporcionadas pelos cinco sentidos do corpo humano.

O padrão estético estabelecido no ocidente valoriza a mulher branca, alta, magra, traços finos, cabelo liso e loiro. Esse padrão de beleza é irrestritamente apresentado às mulheres, inclusive às mulheres negras, cujas características fenotípicas foram construídas como simbolicamente opostas as do padrão idealizado. Sendo assim, as características do negro são marcadamente significadas como exceção ou, quando estrategicamente



utilizadas, significadas como exóticas. Algo que remete ao belo, contudo, um desvio da normalidade (Ferreira & Hamlin, 2010).

A sociedade, tendo como reforços várias instituições sociais como a família e as religiões, foi historicamente responsável por tentar produzir na mulher um caráter de passividade, restringindo sua liberdade. Considerando a existência de interseccionalidades na construção de desigualdades (Crenshaw, 1989; Hirata, 2014), pesa mais fortemente sobre a mulher negra a imposição de normativas sociais. Nesse processo, envergonhar-se do corpo é parte da opressão a que as mulheres, especialmente as negras, são cotidianamente submetidas.

No contexto organizacional, impera nele um modelo estético idealizado de trabalhadores brancos, masculinos e heterossexuais, especialmente se considerarmos o âmbito da gestão (Carrieri, Diniz, Souza, & Menezes, 2013). Para as mulheres nesse espaço, também o padrão eurocêntrico é tido como referência. A estética negra é preponderantemente negada como estética comum, sendo observável, por exemplo, na representação dos sujeitos envolvidos com a gestão e com as organizações nas revistas de negócios características da literatura popular de gestão (Ituassu, 2012; Carrieri *et al.*, 2013; Conceição, 2016).

Conforme dito na seção anterior, o cabelo afro, especialmente o *black*, foi significado como símbolo de resistência à branquitude e opressão racista e, portanto, contrário ao modelo estético idealizado para um ambiente empresarial. Corpos que não apresentam o padrão eurocêntrico tendem a ser estigmatizados e excluídos dos ambientes organizacionais (Carrieri *et al.*, 2013), e muitas vezes esses corpos precisam aceitar que suas identidades racializadas sejam violadas e/ou invisibilizadas a fim de lhes garantir uma oportunidade de emprego.

A mulher negra, além de sofrer com sua estética negada e marginalizada, ainda encara o fenômeno do *glass ceiling* (teto de vidro). Esse fenômeno diz respeito às barreiras invisíveis que são impostas às mulheres nas organizações, lhes dificultando e até mesmo impossibilitando pleitear uma ascensão em suas carreiras (Bendl & Schmidt, 2010). Alguns estudos brasileiros como os de Betiol e Tonelli (1991), Carvalho Neto, Tanure e Andrade (2010) apontam para a existência do teto de vidro em organizações brasileiras e multinacionais instaladas no país, na medida em que não existe um número expressivo de mulheres ocupantes de cargos no alto escalão dessas empresas. Portanto, a mulher negra necessita se articular no enfrentamento de dois preconceitos: de raça e de gênero.

Progressivamente aumenta a cobrança de instituições e órgãos internacionais, da sociedade e dos governos para a responsabilidade social corporativa. Nas organizações, o tema da diversidade teve sua discussão iniciada do ponto de vista de políticas públicas na tentativa de reverter, institucionalmente, as desigualdades na sociedade. Sugem então, as políticas de ação afirmativa impostas pela legislação, que possuem seu fundamento nas lutas por direitos civis nos Estados Unidos nas décadas de 1960 (Kelly & Dobbin, 1998). Tais políticas possuem como objetivo compensar membros de grupos sociais atingidos por determinadas formas de exclusão social (racial, étnica e de classe) que foram historicamente responsáveis por lhes impor barreiras ao acesso à diversas oportunidades.

No Brasil a questão da diversidade nas organizações chegou tardiamente. Iniciou-se a partir da adoção de políticas de ação afirmativa nas subsidiárias de empresas internacionais a partir década de 1990 (Fleury, 2000). Porém, em países da Europa e nos Estados Unidos, já iniciava-se o questionamento da utilização dessas políticas a partir de uma visão de mundo neoliberal. O Brasil passou rapidamente a questionar a implementação dessas políticas, com o reforço de um componente ideológico que há muito já predominava na sociedade sobre a democracia racial brasileira. Desse modo, a implementação de políticas de ação afirmativa no Brasil encontram resistências por parte da população.

A gestão da diversidade foi mundialmente disseminada a partir da década de 1990 como prática gerencial na administração de recursos humanos. Seu discurso é comumente mais aceito, uma vez que sua prática diz se basear na meritocracia e não no favorecimento (Alves & Galeão-Silva, 2004), porém, tal discurso não questiona a formação histórica desses grupos marginalizados. O gerenciamento da diversidade de pessoas nas organizações promete à criação de vantagem competitiva (Cross, Katz, Miller, & Seashore, 1994), o que, em tese, poderia proporcionar um melhor desempenho da organização no mercado, tendo em vista que um ambiente interno multicultural proporcionaria à empresa membros com distintas experiências e habilidades que possam contribuir para a criatividade, inovação e resolução de problemas (Fleury, 2000).

Porém, estudos como os de Saraiva e Irigaray (2009) apontaram que tais políticas pouco contribuíram para uma efetiva inclusão e participação de grupos minoritários nessas empresas. Isso nos faz concluir que somente a adoção dessas políticas, permeadas por tais discursos empresariais de responsabilidade social corporativa, não têm sido suficiente para uma real transformação da realidade de mulheres negras (e de outros grupos minoritários), tanto em contextos organizacionais quanto sociais.

## Caminhos metodológicos

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa de cunho exploratório, por explorar, ainda em um sentido bem inicial, o fenômeno da transição e suas relações com o contexto social e organizacional; é descritiva, pois visa descrever as características de um determinado fenômeno (Gil, 2008). A técnica de produção de dados utilizada foi a entrevista com roteiros semiestruturados, por meio da qual se estabelece um roteiro prévio de questões, mas cujo processo permite flexibilidade na condução dessa entrevista e de adaptabilidade do roteiro para adequação às sujeitas entrevistadas e aos momentos singulares de produção dos dados. As entrevistas foram realizadas on-line via ferramenta de vídeo e/ou áudio pelo Facebook, entre março e maio de 2017, gravadas e posteriormente transcritas. Essa ferramenta de entrevista à distância foi utilizada por critério de comodidade, uma vez que as entrevistadas se encontravam em cidades ou até mesmo estados diferentes das entrevistadoras. Flick (2009) argumenta que as entrevistas on-line são uma ferramenta contemporânea da pesquisa qualitativa e, de acordo com sua classificação, adotamos para esta

pesquisa a forma síncrona, na qual pesquisadores e entrevistados trocam as mensagens ou o diálogo instantaneamente.

Os critérios para seleção das sujeitas desta pesquisa foram: mulheres que se autoidentificam em termos raciais e de cor como negras que passaram os últimos 2 anos ou que passavam na época da entrevista pelo processo da transição capilar e que nesse período de transição capilar tiveram experiências de trabalho (formal ou informal). O processo de escolha das entrevistadas foi por amostragem bola de neve, à medida em que as sujeitas foram sendo contactadas via Facebook e aceitavam participar da pesquisa (Teixeira, 2015), ao mesmo tempo que também poderiam indicar outras mulheres. Esse processo envolveu inicialmente a indicação por uma rede de contatos e por grupos relacionados à transição capilar, cabelo afro e feminismo negro nas redes sociais.

Para a pesquisa aqui especificamente apresentada, foram contempladas as entrevistas com quatro mulheres, apesar de a pesquisa abrangente ter envolvido entrevistas com onze mulheres. Esse número ocorreu de maneira a priorizar a riqueza, a complexidade e a subjetividade das narrativas de trajetória de vida e de significação de identidades, o que poderia ser perdido caso fosse priorizada uma representatividade numérica. Além disso, nos posicionamos como Degob e Palassi (2009), que defendem que a especificidade dos sujeitos ou dos objetos estudados é o mais importante em uma pesquisa qualitativa; e com Rey (2005), quando diz que o número de sujeitos nesse tipo de pesquisa não é um pressuposto que define sua validade científica, afinal, os pressupostos de validade de uma pesquisa qualitativa não devem ser definidos nas mesmas bases de orientações positivistas que permeiam as abordagens das pesquisas quantitativas (Mattos, 2011).

A abordagem teórico-metodológica deste estudo é a AFD (Análise Francesa do Discurso), por meio da qual se considera que os discursos são textos dentro de contextos (Van Dijk, 1997). A capacidade do discurso de criar significados está relacionada a efeitos construtivos que interferem na subjetividade dos sujeitos. A análise do discurso é uma abordagem teórico-metodológica pela qual são extraídos sentidos do texto, levando em consideração o contexto de sua produção. A partir do que é dito e de como é dito, é possível inferir significados que não foram enunciados de forma explícita, o que é importante para os objetivos desta pesquisa (Bardin, 1977). Por meio dela, serão analisados os percursos semânticos estruturados pelos discursos produzidos; aspectos explícitos, implícitos, silenciados, refletidos e refratados; o alinhamento ou não dos discursos em relação aos posicionamentos e discursos hegemônicos na sociedade; os aspectos ideológicos; e as condições sociais de produção dos discursos (Faria, 2009).

As categorias de análise foram definidas no decorrer da pesquisa, em um processo contínuo de reflexão e de construção da mesma, seguindo a linha de raciocínio teórica apresentada, sendo: a) subjetivação de identidades e a química desde a infância; pois as narrativas produzidas na pesquisa permitiram um entendimento do quanto a significação identitária do cabelo crespo e da estética ligada à fenotípia negra permeou os processos de subjetivação das mulheres entrevistadas desde a infância; b) ressignificando identidades e a decisão pela transição capilar e seu processo; categoria de análise que

consideramos necessária para uma abordagem a respeito da escolha dessas mulheres por assumirem seus cabelos naturais e as ligações dessa escolha a um processo de atribuição de novos significados às suas próprias estéticas; e c) a reação ao processo de transição em espaços sociais e organizacionais, já que os processos de resignificação identitária envolvem um confronto em relação às significações que lhes foram passadas desde a infância e aquelas serão apresentadas a elas durante ou após o processo de transição, ao se constituírem como sujeitas ligadas às identidades racializadas como negras, de modo atrelado as suas estéticas corporais.

## Conhecendo as sujeitas da pesquisa

Nossas quatro entrevistadas foram caracterizadas a partir de informações como idade, tipo de cabelo<sup>3</sup>, estado civil, escolaridade, área de atuação, lugar de origem e de residência. Para preservar a identidade de nossas entrevistadas, optamos pela utilização de nomes fictícios para as três primeiras. A primeira será chamada de Maria Firmina, em homenagem à primeira romancista negra brasileira, nascida em 1825, conhecida pela publicação do livro *Úrsula*, que foi um dos primeiros a serem publicados por uma mulher no Brasil. A segunda será chamada de Lélia Gonzalez, mulher negra, antropóloga, professora, escritora e política, que dedicou suas pesquisas às relações de gênero e raça, além de diversas outras contribuições para o feminismo negro. A terceira entrevistada será chamada de Marielle Franco, em homenagem a socióloga, feminista, bissexual, defensora dos direitos humanos e das minorias e vereadora da cidade do Rio de Janeiro, que foi assassinada a tiros em março de 2018. Nossa quarta entrevistada, no entanto, teve seu nome mantido, com a devida autorização, pois o poema que foi apresentado no início deste artigo é de sua autoria. O perfil das entrevistadas aqui descrito tem como referência a data das entrevistas, sendo:

- Maria Firmina, 27 anos, cabelos cacheados, estudante de Letras pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e professora de inglês em curso de idiomas localizado no bairro Cachambi, zona norte da cidade, e em um projeto de extensão da UFRJ chamado CLAC (Curso de Línguas Aberto à Comunidade), na sede Ilha do Fundão. Tem um namorado há seis anos, é nascida e residente na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Até os 18 anos, viveu na comunidade do Complexo do Alemão. Após essa idade e, ainda hoje, mora com a família (mãe, pai e irmão mais novo) no bairro Del Castilho, zona norte do Rio de Janeiro;

<sup>3</sup> A caracterização do tipo de cabelo se faz necessária, porque existem diferenças significativas entre cabelos crespos e cacheados, e essas diferenças produzem significações e experiências distintas entre mulheres de cabelo afro. Uma vez que cabelos crespos são naturalmente espiralados desde a raiz, característica que torna a distribuição de oleosidade ao longo dos fios mais difícil. Sendo assim, são, por consequência, mais secos e mais volumosos. Já os cabelos cacheados, por outro lado, nascem lisos na raiz e formam cachos ao longo dos fios, e por isso tendem a ser menos ressecados e volumosos que os crespos. O embranquecimento torna o negro mais aceito na sociedade e o mesmo ocorre com o cabelo afro: quanto mais hidratado, definido e menos volumoso, mais aceito será.

- Lélia Gonzalez, 22 anos, cabelo crespo, estudante de Designer Gráfico pela UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) e trabalha como freelancer em uma empresa de design. É solteira, nascida na cidade de São Brás do Suaçuí/MG, onde reside sua família. Atualmente mora sozinha na cidade de Juiz de Fora/MG por motivo de estudos, no bairro São Pedro;
- Marielle Franco, 25 anos, cabelo cacheado, sempre trabalhou na área administrativa e como recepcionista bilíngue. Atualmente está desempregada e em busca de um emprego. É formada em curso técnico em fotografia. É divorciada e possui um filho de 2 anos. Nasceu e reside na cidade do Rio de Janeiro, na comunidade do Catumbi, região central da cidade;
- Marina P. (nome que representa seu nome real + a junção com a letra P. formando o que é seu nome artístico como rapper), 27 anos, cabelo crespo, atualmente usa trança *box braids*, é rapper, estudante de Psicologia pela UFSJ (Universidade Federal de São João del Rei). Trabalha como freelancer em um bar/restaurante na cidade de São João del-Rei/MG, onde nasceu, cresceu e ainda reside em um bairro periférico chamado Senhor dos Montes, localizado em região montanhosa da cidade. É solteira.

Os fragmentos discursivos analisados neste artigo serão identificados e numerados a partir da sigla FD.

## Subjetivação de identidades: a química desde a infância

Nesta seção, analisamos FD's que nos remetem ao processo de construção histórica de identidades das nossas entrevistadas. As falas de suas experiências de vida na infância e adolescência nos fazem concluir que o preconceito e a exclusão que as mesmas sofreram nessa fase foram os principais motivos que as fizeram optar pelo alisamento e que isso impacta nas relações sociais que estabeleceram ao longo de sua trajetória de vida.

“Foi minha mãe que alisou meu cabelo quando eu tinha sete anos [...], segundo ela, ela alisou meu cabelo porque eu falava que queria ter o cabelo liso igual ao das meninas da televisão” (FD 1, Maria Firmina). A centralidade histórica da televisão como meio dominante (Lima, 2004) e a influência dos meios de comunicação de forma geral envolvem a disseminação de significações identitárias construídas nos variados contextos históricos e sociais. Nesse processo, significados são atribuídos e disseminados a elementos identitários nacionais, culturais, locais e individuais. Na FD 1, podemos analisar, considerando uma abordagem teórico-metodológica de AFD, os elementos das condições sociais de produção do discurso, como a grande influência que a sociedade e as mídias de massa exercem sobre o imaginário de beleza ideal, que faz com que as pessoas busquem se enquadrar em um padrão de beleza que lhes é imposto desde muito jovem (Coutinho, 2011). Esse momento é justamente aquele em que ocorrem os processos de formação como sujeito, a partir da qual os indivíduos se ligam



a determinadas identidades sociais que eles reconhecem como sendo suas (Foucault, 1979).

Na escola quando tinha aquelas apresentaçõezinhas de teatro, sempre que ia fotógrafo, essas coisas, eles pediam pra gente soltar o cabelo [risos] e eu ficava tão constrangida, porque parecia que eu era uma atração de circo, todo mundo ficava olhando "nossa quanto cabelo essa menina tem, meu Deus!". (FD2, Lélia Gonzalez)

A escola se torna um lugar de produção de significações de enquadramentos sociais, como no caso do FD2 em que Lélia Gonzalez fala a respeito de um volume de cabelo significado como negativo na sociedade. A metáfora explicitamente apresentada a respeito de se sentir uma "atração de circo" se envolve na construção de um percurso semântico do cabelo como motivo de piada e de risos, o que se liga, novamente, a um contexto social de produção discursiva que se baseia em padrões eurocêntricos de cabelo para os quais o grande volume é negado. A construção de identidades se dá de forma evolutiva e reflexiva e na maioria das vezes de maneira inconsciente. O indivíduo confronta seu julgamento sobre si próprio com sua percepção em relação ao julgamento do outro (Saraiva & Duarte, 2010).

O meu cabelo [...] é cacheado, mas ele era cacheado com química, eu nunca soube como era o meu cabelo na real [...]. Ai eu fui crescendo e as pessoas falavam muito do volume do meu cabelo [...]. E eu [...] tinha baixa autoestima, eu achava sabe, que as minhas amigas que tinham o cabelo ondulado ou mais alisados eram mais bonitas. Eu acabava me diminuindo, e talvez por eu mesma pensar isso de mim, eu fosse vista né, de uma forma, vamos dizer... a mais feia. (FD3, Marielle Franco)

Em FD3, Marielle Franco constrói um percurso semântico no qual ela se culpabiliza pelas outras pessoas a acharem a mais feia pelo fato dela mesma se sentir menos bonita entre suas amigas. A culpabilização do feminino tem perpassado pela história desde seus primórdios, passando de geração em geração desde a infância, influenciando diretamente na construção de identidades. A mesma não consegue perceber que sua "baixa autoestima" é fruto de interação com os discursos hegemônicos da sociedade, uma vez que sua estética vai na contramão dos ideais de beleza construídos como belo (Coutinho, 2011).

Quando eu estudava no prézinho eu ficava muito incomodada. As meninas do cabelo liso e o cabelo todo solto, e eu não podia ir com meu cabelo solto. Elas ficavam jogando cabelo sabe [risos] e eu ficava com uma raiva, sabe. Não era nem só raiva, era até uma vontade de ter aquele cabelo, porque era aquele cabelo que era bonito, né. Todo mundo ia lá e passava a mão no cabelo liso delas [...] e o meu cabelo ficava sempre preso. (FD4, Marina P.)

Trazendo para o âmbito da análise da posição de Marina P., em sua infância, em relação ao discurso hegemônico na sociedade, podemos observar se o discurso se alinha ao que é dominante em termos sociais, ou se desvia (Saraiva, 2009). Observamos a relação conflituosa entre ela e a textura de seu cabelo. E o fato de a sociedade ter definido o cabelo liso e solto como o padrão de beleza. Ela objetivava esse ideal hegemônico de beleza para si. Destacamos também a estruturação de um percurso semântico de privação de liberdade produzida pelos discursos hegemônicos: o cabelo crespo, por não ter o balanço que o cabelo liso oferece (e nem o volume explicitamente mencionado na FD 2) socialmente condicionado a estar preso e, portanto, disciplinado.

Foucault (1979) nos ajuda nessa discussão ao considerar que saber e poder são duas noções que se referem mutuamente. Para o autor, as relações de poder são sempre constituídas em campos de saber. Houve a construção social de um campo do saber a respeito de padrões de beleza, inclusive associados não só a dimensões mercadológicas como a indústria da moda, mas também aos discursos da própria medicina, a respeito dos quais, como já dito, o padrão eurocêntrico foi ideologicamente disseminado. Nesse contexto, a própria significação cultural do cabelo crespo como cabelo ruim (Malachias, 2009) envolve relações históricas entre saber e poder a respeito do cabelo que pode ser significado como bom.

Além disso, se, para Foucault (1979), os indivíduos se identificam com determinadas identidades e a elas se ligam, tornando-se sujeitos dessas identidades socialmente construídas, o convívio desde os primeiros processos de socialização com uma identidade que lhe pode ser atribuída de forma negativa e inferiorizada promove um processo de subjetivação no qual os cabelos acabaram assumindo um papel significativo de identificação ou desidentificação. Nesse sentido, as ligações às identidades não ocorrem de forma descontextualizada de estruturas e relações de poder muito mais abrangentes do que simplesmente relacionadas a categorizações estéticas individuais a respeito do que seja bonito ou feio. Tais construções se referem a construções sociais que foram, no entanto, naturalizadas mediante hierarquizações estéticas que impuseram a diversas mulheres negras vivências de opressão de suas próprias características fenotípicas.

## Ressignificando identidades: a decisão pela transição capilar e seu processo

Nesta seção analisamos as narrativas que envolvem o despertar das mulheres para um processo de resignificação identitária simbolizado pela transição capilar. A análise trouxe evidências de como a transição é um processo não só de resignificação identitária, como de empoderamento e de ligação a uma identidade racializada como negra.

Eu sempre tive esse negócio de alisar, eu gastava muito dinheiro com salão e eu comecei a seguir [...] muitas meninas de cabelo cacheado, tanto no Instagram quanto na Internet, [...] só que bem antes disso já me incomodava muito o fato de eu ser dependente de química. (FD5, Maria Firmina)

No FD5, a relação de dependência da química alisante é vista de forma negativa, como uma privação de liberdade, em contraposição à relação inicialmente constituída com a química, que era tida como o meio de enquadramento a um padrão de beleza e, metaforicamente, uma forma de evitar o sentido discursivamente negativo de ser uma “atração de circo” como mencionado anteriormente por Lélia Gonzalez em FD2.

Na nova relação semântica atribuída à química, entendida agora como pertencente a um processo de dependência, curiosamente Maria Firmina traz como escolhas lexicais de seu enunciado a expressão “dependente de química”. Fazendo uma analogia à dependência de substância psicoativas, que é uma condição física e psicológica causada pelo seu consumo constante em um ciclo que vai reforçando a dependência. Podemos

significar, a partir do enunciado, um processo semelhante do ponto de vista psicológico e social, no que se refere ao uso da química capilar, a qual deve ser constantemente retocada e utilizada para que as raízes que crescem nos cabelos evidenciando seu formato natural sejam ocultadas. A insatisfação com sua situação de dependência fez com que Maria Firmina começasse a buscar outras alternativas. Tal processo, aparentemente individual, foi, no entanto, corroborado de forma importante por um contexto social de produção discursiva que atingiu significações coletivas. Como exemplo, podem ser citados os surgimentos de blogueiras que atuaram fortemente na ressignificação estética e identitária dos cabelos crespos e cacheados e de grupos e comunidades presenciais e virtuais.

Um grupo que a gente fez na faculdade é o Estudo de Afrocentralidade, pessoas de religiões diferentes, de estilos diferentes, pessoas diferentes que se consideram peças negras, e que sofreram em algum momento da vida, algum tipo de insegurança em relação a cor, [...] em relação ao cabelo. [...] Antes do grupo, imagina, eu fazia tratamento psicológico, com uma psicóloga branca do cabelo liso. Tudo que ela falava pra mim eu achava que era mentira [risos],[...] e quando eu comecei a participar do grupo [...] eu tava convivendo com pessoas parecidas comigo, então isso pra mim foi muito importante. (FD6, Lélia Gonzalez)

O FD6 explicita a identificação com o grupo de estudo, que corrobora com Senos (1997) sobre a importância do grupo de pertença. O estabelecimento de relações positivas em torno das identidades do seu grupo de pertença e, simultaneamente, o desenvolvimento de processos de diferenciação relativamente a outros grupos implica a função de categorização, um processo cognitivo por meio do qual se produz um arranjo de pessoas que, por ação desse processo, resulta de alguma forma correspondente entre si, a categorização social (Senos, 1997), e resulta na produção de um efeito de acentuação de diferenças entre indivíduos pertencentes a diferentes grupos e a tendência a aumentar a semelhança entre os indivíduos pertencentes à mesma categoria. Tal processo de acentuação das diferenças é exemplificado pelo implícito subentendido construído de que a convivência com "pessoas parecidas" traga, para Lélia, maior conforto em seu processo de ressignificação identitária do que a relação estabelecida com a personagem da "psicóloga branca do cabelo liso". Implicitamente, Lélia considera que, por conta de seu grupo de pertença, os enunciados vindos da psicóloga poderiam representar um afastamento relativo à sua compreensão de si.

Na gravidez era complicado né, [...] não podia usar química, cortei meu cabelo bem curtinho, [...]. Na época que eu cortei o meu cabelo não ouvia falar muito de transição, [...] eu criei coragem porque eu fiquei muito tempo em casa, e conversando com [...] amigas minhas e no caso eu fiquei muito próximas de amigas que tiveram bebê junto comigo. E a gente reclamava muito que era ruim você ter que manter aquela aparência sabe, e ao mesmo tempo [...] a prioridade era nosso filho. Então assim, as meninas falavam 'cara, depois que eu cortei meu cabelo eu me libertei', ai eu fiquei ouvindo aquilo e [...] cortei e me senti livre, leve. Eu me achei super bonita depois que eu cortei o meu cabelo, mesmo as pessoas falando que não. (FD7, Marielle Franco)

Temos em FD7 a reincidência sobre a importância dos grupos de pertença. No caso de Marielle Franco, esse grupo de pertença não foi explicitamente colocado como um grupo racializado como negro, é um grupo de amigas que estavam vivenciando juntas a maternidade, e passaram então a compartilhar

das frustrações que é passar pela fase da rotina estressante da maternagem com a cobrança da sociedade de que esta mulher mantenha sua feminilidade e sua estética cuidada, sob pena de ser tachada de desleixada. Marielle relata que, por não poder usar química alisante no período de gravidez e amamentação, médicos, assim como a OMS (Organização Mundial da Saúde) não recomendavam a utilização de produtos químicos nos cabelos, por serem considerados prejudiciais à formação do feto e à produção do leite, perdia muito tempo fazendo escova nos cabelos afim de disfarçar a textura da raiz diferente do comprimento do cabelo. Aspectos implícitos são observados em “cortei e me senti livre” uma vez que essa decisão passou por um processo de troca de experiências, observação, reflexão e aprovação entre seu grupo de pertença, além de outras terem tomado a iniciativa pela transição capilar primeiro que Marielle.

Considero que eu passei por um processo de me tornar negra, [...] às vezes eu mesma olhava para mim e falava ‘Eu acho que eu sou parda, eu não sou nem negra, nem branca’. [...] Daí eu fui me tornando negra a partir do momento em que eu entrei para um grupo de militância negra da universidade, um grupo feminista negra né, que é o Dandara. [...] E aí juntando isso tudo que foi o período que eu me aproximei mais do hip-hop. (FD8, Marina P.)

Mais uma vez, as entrevistadas revelam a importância dos grupos de pertença no processo de assunção de identidades racializadas (neste caso, racializadas em torno de minorias políticas). Em termos de condições sociais de produção deste discurso, a dificuldade de ligação à determinada identidade é explicada em função de um silenciamento de discussões raciais nos diversos espaços sociais e organizacionais ao longo da história, silenciamento este atuante no reforço às desigualdades raciais estruturais, ao mito da democracia racial, e contextualizado em uma justificativa de dificuldade de discussão em função da significativa miscigenação (Schucman, 2012) em nosso país, a despeito de evidentes desigualdades raciais.

No FD8, os elementos discursivos explicitamente afirmam que foi fundamental para sua identificação como negra a participação em grupos voltados para a militância negra e o hip-hop, que também é considerado um movimento de resistência negra. O processo de se tornar negra, conforme descrito pela entrevistada, perpassa pela relação indefinida que a mesma possuía em relação a sua cor de pele, que está diretamente ligada ao imaginário brasileiro da mestiçagem e dos estereótipos negativos associados à raça negra<sup>4</sup>. Além disso, este FD8 de Marina P. traz um reflexo de uma condição social de produção e, ao mesmo tempo, sua ligação a um discurso hegemônico na sociedade, que envolve o chamado paradigma da morenidade, por meio do qual a figura do moreno (ou do pardo) foi historicamente invocada para definir aquele que não seria nem negro e nem branco e que poderia obter

4 Importante ressaltar que o processo de análise aqui empreendido não traz como pressuposto implícito o de que a identificação com a identidade racializada deva ocorrer de modo obrigatório, o que nos faria correr o risco de impormos categorizações e ligações utilizando de mesmas estratégias opressoras e nos distanciando de um dos preceitos básicos de muitos movimentos de resistência, que é o da possibilidade do exercício de liberdade. O que se faz aqui é uma análise dos processos por meio dos quais tal identificação ocorreu.

um reconhecimento social do mestiço. Embora não branco, não ser negro poderia lhe conceder acessos e posições sociais mais favoráveis do que as dos negros (Motta, 2000; Rosa, 2014; Teixeira, 2015).

Agora eu tô usando ele [o cabelo] trançado, [...] e eu vejo que tem gente que acha que não é bacana usar meu cabelo trançado, porque eu tô negando o meu cabelo crespo, sabe, [...] principalmente pelo fato do meu tom de pele ser um pouco mais claro e daí como se eu não fosse suficientemente negra, mas também não suficientemente branca para me considerar uma pessoa branca, mas eu tenho consciência de que eu sou negra. (FD9, Marina P.)

O FD9 traz outros elementos significativos para a análise, como: ligar-se a determinadas identidades racializadas, tornando-se sujeito dessa identidade, não é um processo meramente individual, mesmo que a colocação da trança no cabelo seja considerada uma alternativa importante para os processos de transição capilar por permitirem esconder a diferenciação de texturas que podem estar no cabelo. (Parte da textura próxima à raiz com cabelo natural mais parte da textura com o cabelo quimicamente alterado). Além do fato de que as tranças remetam a significações culturais dos povos negros, e que Marina P. é julgada por adotar a trança. Tal processo reflete a necessidade de uma problematização em que os grupos de resistência, em meio a processos autoreflexivos, devem se engajar a respeito dos riscos de criar novas imposições e modelos de existências (aqui, modelos de resistências).

Há um aspecto ideológico em torno de sua identificação como negra que também traz, em termos de interdiscursividade (Saraiva, 2009), a construção dos estereótipos quanto ao que pode ou não ser considerado um legítimo negro. A partir do momento em que colocam em cheque a sua opção por usar trança ao invés de seu cabelo crespo natural, são desconsiderados elementos de ancestralidade que perpassam as significações das tranças nas sociedades negras e também é desconsiderado o processo por meio do qual os indivíduos se ligam a determinadas identidades que reconhecem como suas. Este, por sua vez, é um processo que não demanda necessariamente uma aprovação social em relação a sua identificação ou não. Nesse sentido, Marina P. se identifica como negra, e este é o processo que interessa a um estudo que visa analisar as relações entre os processos de transição com as ressignificações identitárias.

Antes da transição eu era uma pessoa muito indiferente. [...] Eu meio que não me importava com o que acontecia com as pessoas, pelo fato de eu nunca ter sofrido nenhum tipo de preconceito assim velado [...] e quando eu assumi o meu cabelo natural parece que eu passei a enxergar o quanto o mundo é preconceituoso e isso passou a me afetar. (FD10, Maria Firmina)

Vemos no FD10 a relação entre explícitos e implícitos que permitem a estruturação de um percurso semântico que associa o período de uso do cabelo liso ao fato de não sentir o peso do preconceito racial, e o período de assunção do cabelo natural como aquele em que ela passa a vivenciar o preconceito. O enunciado se liga a posicionamentos ideológicos dominantes na sociedade ao refletir como o cabelo liso (ainda que quimicado) pode tornar a mulher negra mais aceitável na sociedade.

Um aspecto silenciado se refere ao fato de que a entrevistada não faz associações explícitas de, por exemplo, possíveis situações de



preconceito que possam ter sido vivenciadas mesmo que apresentasse esteticamente o cabelo liso, mas não percebidas. Esse silenciamento ocorre devido as categorizações sociais se referirem a intercrossamentos (ou interseccionalidades, remetendo-se ao conceito construído para lidar com os vários feixes identitários que influenciam as vivências dos indivíduos e as estruturas de relações e posições sociais (Crenshaw, 1989, 2005; Hirata, 2014)) que complexificam as percepções de preconceitos e discriminações. Soma-se a isso, o fato de que no Brasil, como afirma Nogueira (2007), o preconceito é caracterizado como um preconceito de marca, sendo influenciado por diversos aspectos associados a cor da pele, mas não só, como a maneira de se vestir, o espaço em que se está, uma fenotipia mais ou menos marcadamente negra, dentre outros, sobretudo num contexto marcado por um preconceito por vezes mais sutil e internalizado.

Eu achava que meu ex tinha terminado comigo, [...] eu imaginei que era em relação a minha aparência, porque quando a gente terminou ele começou a namorar uma pessoa, como se diz, beleza padrão [risos]. Então eu me senti muito mal. [...] Quando eu comecei a transição [...] ele me procurou [risos] pra falar que eu tava muito bonita. [...] E eu percebi [...] [que] era tudo insegurança em relação a mim mesma, [...] eu não tava preparada pra ter ninguém, [...] eu ainda não tô preparada pra namorar ninguém, porque eu ainda tô em fase de aceitação, [...] mas estar sozinha hoje pra mim tem um sentido diferente. [...] Eu pensava muito na reação 'ai, que que fulano vai pensar quando me ver assim?'. [...] Hoje em dia eu já penso mais em quem eu sou. [...] Eu tinha vergonha [...] e eu vejo o encorajamento, que essa atitude [a transição] me levou a tomar, entendeu. (FD11, Lélia Gonzalez)

O FD11 exemplifica como o padrão de beleza imposto causa feridas na autoestima das pessoas, e o quanto a transição capilar é uma alternativa de ressignificação identitária e de empoderamento. No caso do enunciado em questão, a mudança na relação com o cabelo, com a nova estética e com a relação identitária provocou alterações inclusive na concepção socialmente construída da mulher como aquela que obrigatoriamente necessita de um homem.

Sobre a análise dos aspectos explícitos e implícitos, remetemos às ideias de Foucault (1985, 1998) a respeito da constituição do indivíduo por meio da subjetivação para entender como a transição capilar atua como um processo de subjetivação que afeta a construção de identidades das mulheres negras. Baseado nisso, podemos entender que o processo de subjetivação constitui um sujeito, na medida em que torna o indivíduo o sujeito de uma sexualidade (Foucault, 1985, 1998; Fonseca, 2011). Dessa forma, ocorre a constituição do indivíduo em um sujeito ligado a uma identidade que ele reconhece como sendo sua (Fonseca, 2011). No FD9 há um processo que demonstra o quanto o assumir os cachos fez inclusive com que esta mulher se tornasse sujeita de seu próprio processo de identificação.

## A reação ao processo de transição em espaços sociais e organizacionais

Nesta seção trazemos partes das enunciações discursivas que apontam a reação da sociedade e das organizações diante do processo de transição das entrevistadas e como isso contribuiu para a ressignificação de suas

identidades, uma vez que identidades são formadas também por processos de como o outro lê as exterioridades dos sujeitos (Fernandes, Marques, & Carrieri, 2010). Além disso, levamos em consideração que o preconceito racial é um problema estrutural da sociedade brasileira e que formas sutis de discriminação são praticadas tanto na sociedade quanto nas organizações.

Eu costumo frequentar algumas baladas [...] e quando eu era solteira e tinha o cabelo liso, os garotos chegavam muito mais do que com o cabelo cacheado, né, [...] porque eu ia com uma amiga, que ela [...] é muito parecida comigo, a diferença é que eu tenho o cabelo crespo e ela continua alisando o cabelo dela. E a preferência era sempre muito ela, por mais que a gente seja muito parecida. (FD12, Maria Firmina)

Em termos de condições sociais de produção de discurso, o FD12 nos remete à construção das mulheres negras como aquelas que desvirtuariam um padrão dominante de beleza. A beleza padrão gera impacto no primeiro momento e isso afeta diretamente os relacionamentos. Nesse contexto, alisar os cabelos se torna um subterfúgio ao não enquadramento.

Sobre a estética do seu cabelo, Marina P. narra: "eu lembro que tinha gente que achava que eu era lésbica por causa do cabelo curto. [...] Já veio gente perguntar se eu fumo maconha" (FD13, Marina P.). Na enunciação que produziu esse fragmento, Marina P. falava sobre seu processo de transição capilar. Sua ligação social a estereótipos de lesbiandade e de uso de drogas reflete a maneira como a sociedade constrói estereótipos ligados a componentes estéticos e refrata generalizações que são ideologicamente perigosas e que servem, ainda, à manutenção de estruturas conservadoras de poder (Holvino, 2010). Os estereótipos a ela ligados se referem, todos, a características de grupos de alguma forma historicamente marginalizados. No caso do uso da droga, a categoria de classe social nos ajuda melhor a entender tal marginalização, pois ela guarda um componente racial e social para além da mera classificação do indivíduo como usuário ou não de drogas. A estereotipia no sentido negativo recai muito mais fortemente sobre o indivíduo que é negro e pobre.

Nesse sentido, o percurso semântico estruturado em seu discurso a partir de suas relações com seu contexto social de produção nos remete à consideração de que a ambivalência existente no processo de estereotipagem é a força que garante sua validade, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre no lugar já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido (Bhabha, 2014). Ocorre, então, a generalização, como se o cabelo curto fosse uma prova de sua sexualidade e as tranças uma prova do uso de substâncias ilícitas.

Já aconteceu de eu ver certas pessoas todos os dias, e [...] depois de já ter cortado o cabelo, elas olharam pra mim 'Nossa, mas você estuda aqui? Desde quando você estuda aqui?', sabe, gente estudo aqui tem tanto tempo já e a pessoa nem me conhece. (FD14, Lélia Gonzalez)

O FD14 traz um percurso semântico de visibilização de uma estética que, de invisibilizada, passa a ser notada. Torna-se, assim, diferente, exótica, um desvio de normalidade (Ferreira & Hamlin, 2010). O discurso explicita ainda o fato de que as universidades, concebidas como espaços plurais, são ainda espaços de hegemonia branca.

Trabalhei numa empresa de advocacia e o meu cabelo tava bem curtinho [...] e eu resolvi colocar [...] o entrelace, e todas as pessoas que chegavam no escritório falavam que ‘nossa, ficou lindo! Combinou bastante com você’, mas a minha chefe, ela não aprovou. E ela ficava me jogando piadinhas assim ‘nossa, quando que você vai jogar guanidina nisso?’ [...] ‘ah não, é porque eu acho que tá com muito volume entendeu?’ [risos] Enfim, eu acabei tirando a entrelace antes do tempo. (FD15, Marielle Franco)

Entrelace é uma técnica de alongamento que entrelaça o cabelo natural com mechas postiças. O cabelo afeta diretamente a autoestima feminina e, por diversos momentos, as entrevistadas relataram que durante a transição capilar uma das maiores frustrações é a demora no crescimento dos cabelos (cabelos cacheados e crespos por sua forma demoram mais pra aparentar crescimento que cabelos lisos). Em FD15, Marielle conta que optou pela entrelace para alongar o cabelo e, apesar de receber elogios de colegas de trabalho, recebeu desaprovação de sua chefe, o que acarretou que a mesma abrisse mão de algo que a ajudou a elevar sua autoestima para corresponder às expectativas quanto a sua aparência outrem.

Vemos em FD15 aspectos explícitos de racismo em “quando você vai jogar guanidina nisso?”, como se o cabelo afro fosse uma coisa, algo desviante da normalidade, algo que precisa ser combatido e domado. A fala da gestora poderia inclusive ter culminado em ações judiciais de racismo no ambiente de trabalho, porém Marielle optou por retirar o alongamento e não confrontar seu empregador. As organizações precisam se policiar e repensar as práticas de seus gestores para se coloque um fim à perpetuação de opressões dentro das empresas, opressões essas que moldam a estética e as identidades dos funcionários, inclusive retirando liberdades.

Nossa, as pessoas ficam olhando muito o cabelo. [...] Eles acham que a gente é desleixado. [...] Então as pessoas ficam meio assustadas assim, eu percebo que é assim, muito olho estranho, olhar de incômodo assim, mas eu acho que é esse o caminho né, a gente tá aí pra incomodar mesmo [risos]. (FD16, Marina P.)

Há uma interdiscursividade explicitamente construída entre as mulheres que se cuidam e as mulheres desleixadas (o que se relaciona ao gênero como dispositivo de poder, já que aos homens não é dada a mesma cobrança quanto aos cuidados do corpo e da estética). Essa interdiscursividade explícita é expressa, no entanto, por implícitos subentendidos de que o cabelo afro, seja ele cacheado, crespo ou com tranças, é associado à falta de zelo e de feminilidade.

Eu vou muito tempo pra uma determinada loja aqui em Juiz de Fora e quando eu comecei a transição... o dia que eu entrei na loja eu vi o tratamento muito diferente das funcionárias sabe, um jeito estranho de ser tratada, parecia que elas estavam com medo, já vi maneiras de ser atendida como se eu nem fosse levar determinado produto. (FD17, Lélia Gonzalez)

No FD17, fazendo uma análise das relações entre explícitos e implícitos, o tratamento diferente dado à entrevistada pelas funcionárias da loja é um ato discriminatório mas que, no entanto, permanece no nível do implícito, o qual tende a ser dificilmente capturado nos contextos organizacionais. Por esse motivo, trazer aqui uma discussão explícita relativa ao mesmo é importante para que as práticas organizacionais sejam repensadas de modo a não contribuir para o reforço a mecanismos ideológicos excludentes e não contempladores de toda a diversidade de pessoas e grupos sociais.

No Brasil, a miscigenação e o mito da democracia racial possibilitam que o preconceito de marca coexista e seja naturalizado pelos indivíduos. Desse modo, o lugar que o negro ocupa na sociedade brasileira se vincula ao preconceito racial de marca (Nascimento *et al.*, 2015). A partir do momento que pessoas passam a ser tratadas de formas diferentes e/ou excludentes, o preconceito e o estranhamento passam a agir de forma discriminatória. Essa é uma questão importante para as organizações, uma vez que é necessário pensar que práticas discriminatórias, além de ilegais, afastam potenciais clientes. As organizações devem acompanhar as mudanças na sociedade e, portanto, precisam estar aptas à atender aos clientes de forma desconstruída.

Algumas pessoas que acompanham o meu trabalho de designer não imaginam como eu sou fisicamente, [...] uma vez eu marquei uma reunião com uma moça numa padaria, [...] ela olhou pra mim e falou assim 'Tem gente, eu tô esperando uma pessoa'. Eu falei assim 'Você está me esperando' [risos]. [...] Nem a culpo por isso, não vejo como racismo sabe, [...] é que as pessoas não tão preparadas pra isso no momento. (FD18, Lélia Gonzalez)

A narrativa presente no FD18 demonstra não só a manifestação do racismo no contexto do trabalho, como a negação do mesmo. A falta de debate sobre o assunto na sociedade culmina em as pessoas relacionarem racismo como um desvio individual de caráter, não como um problema estrutural. No entanto, como temos no Brasil um preconceito que é relativizado de acordo com vários aspectos, como o contexto no qual se manifesta, os discursos e práticas racistas podem revelar uma tendência de serem mais explícitos e agressivos em espaços mais elitizados. Sendo assim, as práticas racistas menos explícitas são justificadas pela entrevistada como "as pessoas não estão preparadas para isso no momento". A categorização profissional por raça não apenas perpetua preconceitos e discriminação, como também retira liberdades.

Eu tenho uma irmã [...] branca do cabelo liso, o marido dela é um pouco mais escuro, mas também do cabelo liso, então a minha sobrinha [...] [tem o] cabelo liso. Uma vez [...] tava eu, a minha irmã, e meu cunhado, e a minha sobrinha. Então a minha irmã saiu com meu cunhado pra dar uma volta, e eu fiquei com a minha sobrinha, de mãos dadas, [...] uma senhora chegou assim perto da minha irmã [...] e falou assim "Cuidado com essas babás hein! Essas babás estão muito abusadas, eu tô vendo ela andando ali com a sua menina, a gente não sabe onde ela vai". (FD19, Lélia Gonzalez)

O entrecruzamento invocado entre as dimensões sexistas e racistas é característico dos lugares sociais ocupados pelas mulheres negras, lugares de subalternidade. As palavras de Werneck (2010, p. 10) nos auxiliam a compreender esse processo social que incide sobre a mulher negra: "as mulheres negras não existem [...] como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades [...] estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão". Diante de uma situação explícita de racismo e sexismo no FD19, Lélia Gonzalez é posicionada em um lugar subalterno (e de pouca confiança social) simplesmente por sua estética. A significação dessa estética tem um forte componente de segregação social e racial, e a liga a uma ocupação historicamente marginalizada, que é a das trabalhadoras domésticas.

Eu consegui uma entrevista, [...] eu moro no centro do Rio, essa entrevista foi na Barra da Tijuca, foi bem longe. E chegando lá, eu fiquei esperando [...] a entrevistadora. E quando ela chegou, [...] ela olhou pra mim um pouco assustada, [...] ela fez a entrevista normal comigo, falou pra mim que [...] meu currículo realmente impressionava ela [...]. Fiz outra entrevista [...] tudo em inglês com a pessoa da empresa [...]. Ela falou que era pra começar a trabalhar na próxima terça, [...] ela pegou minhas medidas, porque lá usa uniforme, [...] Ai deu final de semana, deu terça-feira, e ninguém tinha ligado, ai [...] meu telefone toca [...] 'eu tô ligando pra saber se você pode começar já com a gente amanhã', ai eu fiquei muito feliz, [...] ai ela [...] 'eu queria dar uns toques pra você, porque o nosso padrão é um padrão clean, e você deveria entrar nesse padrão clean', [...] 'ah você precisaria alisar o seu cabelo pra trabalhar conosco', ai eu não falei mais nada, [...] depois ela entrou em contato comigo, eu não atendi a ligação, porque eu fiquei magoada, mas eu também não sabia como lidar, [...] e o meu desabafo foi fazendo aquela postagem [no Facebook], [...] eu tenho experiência na área, [...] eu tinha qualificação pra poder exercer aquela função, e ela não levou isso em consideração, ela preferiu ressaltar a minha aparência. (FD20, Marielle Franco)

Há uma interdiscursividade quanto ao ambiente que foi cenário desse episódio relatado por Marielle Franco: a empresa está localizada em uma região de moradores com alto poder aquisitivo, portanto, um lugar de hegemonia branca. E, para fazer parte desse lugar, a entrevistada teria que abrir mão de sua identidade racializada, ou seja, de seu cabelo afro, para se enquadrar no "padrão *clean*" que esse ambiente exige, em outras palavras, padrão da branquitude (Silva, 2011). A responsável pelo processo de seleção deixa explicitamente claro que para ocupar aquela vaga de emprego a candidata teria que alisar o seu cabelo e assim tornar-se mais aceitável para estar naquele ambiente. Não importa qual seja sua qualificação profissional, sua estética é requisito para a vaga. Em termos de aspectos ideológicos, existe por parte dessa organização a crença de que funcionários têm que ser padronizados e moldados sem considerar os aspectos individuais de cada um, sobrepondo sempre os interesses da organização ao de seus empregados.

A trança que eu coloquei agora é uma trança verde, eu percebo que as pessoas acham estranhas assim, exagerado. Então por causa dessas reações eu já fiquei com medo sabe 'Nossa Senhora, trabalhar no centro da cidade, um bar bem elitizado, com certeza com mais gente branca, mais rica, como que vai ser a reação das pessoas?'. As pessoas ficam botando muito a mão toda hora, eu vejo muito uma coisa de achar exótico, sabe. (FD21, Marina P.)

Em termos de condições sociais de produção dos discursos, o FD21 está situado em um contexto histórico permeado por práticas simbólicas comuns de demarcação de espaços. A partir dessa construção histórica de segregação racial na ocupação dos espaços, temos o interdiscurso na relação centro como um espaço branco versus periferia como espaço negro. Desse modo, existe uma dinâmica de afirmação discursiva de lugares e não lugares para os negros, devido ao receio de ocupar espaços predominantemente brancos, ainda que, no caso de Marina P., ela o esteja ocupando no lugar de servir (ela trabalha como garçomete).

No caso de Marina P., especificamente, as tranças coloridas do cabelo, as quais ela troca constantemente de cores que não são necessariamente convencionais para uma estética capilar padrão, como rosa e azul, a diferencia



de um padrão hegemônico. Além disso, a relação que estabelece com as tranças tem a ver com seu processo de utilização, em toda sua trajetória, do cabelo alisado por meio de processos químicos. O liso quimicamente obtido a posicionava num padrão de isomorfia social. Agora, ela é notada porque rompe com essa pressão isomórfica que a padroniza.

As análises dos dados produzidos nos permitem evidenciar que, ao se contrapor e resistir aos mecanismos históricos que promoveram a rejeição a identidades negras que foram construídas como negativas, a transição capilar faz parte de todo um contexto de resignificação de uma construção hegemônica negativa das identidades racializadas como negras, propiciando, desse modo, novas relações de si e para si.

## Discussão

A partir da análise dos dados, podemos argumentar que a transição capilar guardou relações simbólicas com as resignificações identitárias das mulheres negras, de modo a positivar construções históricas que negativavam tais identidades. O cabelo, dessa forma, emerge como uma exteriorização de identidades. Essa resignificação das identidades raciais é de suma importância para as relações sociais, uma vez que vivemos em um sistema caracterizado por racismos estruturais, institucionais e que incidem sobre as relações interpessoais e organizacionais.

Diversos estudos no campo dos estudos organizacionais já evidenciaram que a adoção de políticas de ação afirmativa é importante e necessária, porém não é suficiente para solucionar as barreiras raciais e de gênero nas organizações e na sociedade. Ademais, a gestão da diversidade também não tem cumprido seu papel no que tange ao combate às desigualdades da sociedade, sendo necessária a implementação de uma gestão crítica na e não da diversidade, fazendo algo que Zanoni, Janssens, Benschop e Nkomo (2010) apontaram como um não uso instrumental das diferenças por parte das organizações.

A gestão da diversidade se converteu em discursos empresariais que muito falam e pouco fazem no cotidiano das empresas. O que propomos neste trabalho é pensar que a inclusão de grupos minoritários nas organizações por si só não garante que essas identidades historicamente marginalizadas estejam livres da manifestação de preconceitos, sejam eles explícitos ou implícitos, que estão arraigados nas práticas culturais empresariais e nas relações interpessoais nas empresas e na sociedade.

Pensamos que, primeiramente, é necessário que as organizações quebrem com o paradigma da homogeneização dos corpos. A descaracterização de identidades marginalizadas sob o pretexto de padronização e tratamento igualitário perante aos demais funcionários é, por exemplo, racista, ao se pensar que tal padrão deva ser eurocêntrico. O que propomos é que empresas repensem suas práticas de diversidade e passem a enxergar as mulheres negras com perfil estético não eurocêntrico como pessoas que possuem identidades que precisam ser expressas. Além disso, é importante a problematização sobre quais lugares as identidades racializadas em um sentido negativo na história estão ocupando dentro das organizações.

Romper as estruturas de perpetuação do racismo e de exclusões sociais também se faz a partir do questionamento do que se entende por beleza. Ao reconhecermos que ela é uma construção social, processos de empoderamento e de resgates, ou mesmo de construção de autoestimas, possibilitam a construção de sujeitos que se consideram como identitariamente ligados a identidades que foram historicamente marginalizadas, mas que não devem ser classificadas como negativas em um polo reducionista binário. Nesse sentido, falar em diversidade em contextos sociais e organizacionais é algo mais profundo do que simplesmente falar objetivamente sobre cabelo em relação a sua função meramente biológica.

## Considerações Finais

Neste artigo o objetivo foi analisar processos de resignificação de identidades de mulheres negras associados e ocorridos por meio da chamada transição capilar, processo em que se opta pelo fim do uso de procedimentos químicos nos cabelos a fim de utilizá-los como naturalmente são, assim como a reação à transição capilar dessas mulheres negras em espaços sociais e organizacionais. Foram entrevistadas mulheres que se autoidentificam em termos raciais e de cor como negras e que passaram ou estavam passando no momento da entrevista pela transição capilar. Os principais resultados mostraram que a transição capilar de fato trouxe não somente uma resignificação de identidades racializadas, transformando identidades negativas em identidades positivas, como também o acesso a problematizações de si, para si e com os outros a respeito da construção da identidade racial construída como negra. Nesse processo, a interação em grupos de pertença racializados foi significativamente importante para a construção de vias de empoderamento.

As entrevistas trouxeram evidências de que, apesar de práticas de gestão da diversidade fazerem parte dos discursos empresariais no Brasil desde a década de 1990, estas não foram capazes de promover uma real inclusão de grupos marginalizados nas organizações (como as mulheres negras) e, menos ainda, contribuíram para uma transformação social. Ainda que mulheres negras consigam ocupar espaços, estes ainda oprimem suas identidades racializadas.

O artigo contribui, ainda que trazendo um estudo exploratório e permeado por limitações, para a reflexão a respeito do quanto mulheres negras em transição (e as que não estão) necessitam de sociedades e organizações também em transição, que estejam preparadas para a assunção de estéticas e de identidades não necessariamente associadas a padrões ideológicos de beleza, de confiabilidade e de competência. A gestão da diversidade pensada nos contextos organizacionais e políticas públicas direcionadas à realização de programas de equidade precisam estar abertas para esses e outros processos de resignificação identitária.

Como implicações desse estudo, esperamos fomentar na academia, especialmente dentro do campo dos estudos organizacionais e da Administração como um todo, pesquisas que busquem compreender

melhor as diferenças e as práticas de diversidade sob a ótica dos sujeitos que são afetados por elas. Para a administração, de forma geral, esperamos que este artigo impulse uma reflexão crítica sobre os discursos gerenciais que já perderam a credibilidade junto à sociedade e sobre uma gestão da diversidade que deve ser pensada por um novo olhar, como uma real possibilidade de contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Cabe ressaltar que o presente estudo se constitui ainda em algo preliminar acerca das temáticas por hora abordadas, pretendendo se constituir em um caminho para estudos mais aprofundados. Considerar que a estética atinge uma dimensão política é extremamente importante. E, nesse sentido, algumas indagações possíveis a partir deste estudo são: como as organizações e os estudos organizacionais podem contribuir para a luta negra e o feminismo negro e, de modo mais abrangente, para o desacirramento das desigualdades raciais e sociais?

Reexaminar as práticas organizacionais é algo que demanda análises a respeito do que se quer modificar; ademais, ouvir as vozes das pessoas que fazem parte deste contexto e que são constituídas nele como minorias políticas é um exercício proposto neste estudo e que se converte como sugestão para futuros estudos. Então, ao repensar práticas como os mecanismos de acesso, ascensão, vivências cotidianas, campanhas mercadológicas, torna-se necessário tal exercício de escutar grupos historicamente silenciados e que, significamente, agora, reivindicam microfones para que sejam ouvidos, pois suas vozes existem e resistem. A reflexão final, que também se converte em provocações para futuros estudos, é: em um contexto predominantemente neoliberal de sociedade, de organização e de produção, o quanto estamos preparados para compreender os imbricamentos políticos em aparentes meras alterações estéticas de mulheres negras? Mulheres estas que sempre fizeram parte do contexto de trabalho e das organizações, mas significativamente ocupando lugares de subalternidade.

## Referências

- Acker, J. (2006). Inequality regimes: gender, class, and race in organizations. *Gender & Society*, 20(4), 441-464.
- Alves, M., & Galeão-Silva, L. (2004). A crítica da gestão da diversidade nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 44(3), 20-29.
- Ani, M. (1997). *Let the Circle Be Unbroken: The Implications of African Spirituality in the Diaspora*. New York: Nkonimfo Publications.
- Bakhtin, M. (1988). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, P. J. P., & Rios, R. (2012, junho). Sorria, você está sendo filmado: poder e identidade na sociedade pós-moderna da vigilância. O caso Big Brother. *Anais do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, Recife, PE, Brasil, 14.
- Bendl, R., & Schmidt, A. (2010). From "glass ceilings" to "firewalls": different metaphors for describing discrimination. *Gender, Work and Organization*, 17(5), 612-634.

- Betioli, M. I. S., & Tonelli, M. J. (1991). A mulher executive e suas relações de trabalho. *Revista de Administração de Empresas*, 31(4), 17-33.
- Bhabha, H. K. (2014). *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG.
- Byrd, A., & Tharps, L. L. (2001). *Hair story: Untangling The Roots of Black Hair in America*. New York: St. Martin Griffin.
- Carmichael, S., & Hamilton, C. V. (1967) *Blackpower: The Politics of Liberation in America*. New York: Vintage Books.
- Carneiro, S. (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Org.). *Racismos Contemporâneos* (Cap. 4, pp. 49-58). Rio de Janeiro: Takano.
- Carrieri, A. P., Diniz, A. P. R., Souza, E. M., & Menezes, R. S. S. (2013). Gender and work: representations of femininities and masculinities in the view of women Brazilian executives. *Brazilian Administration Review*, 10(3), 281-303.
- Carrieri, A. P., Paes de Paula, A. P., & Davel, E. (2008). Identidade nas organizações: múltipla? fluida? autônoma?. *Organizações & Sociedade*, 15(45), 127-144.
- Carrieri, A. P., Perdigão, D. A., & Aguiar, A. R. C. (2014). A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. *Revista de Administração*, 49(4), 698-713.
- Carvalho Neto, A. M., Tanure, B., & Andrade, J. O. (2010). Executivas: carreira, maternidade, amores e preconceitos. *Revista de Administração Eletrônica*, 9(1).
- Castells, M. (2006). *O Poder da Identidade: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (5a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Conceição, E. B. (2009, setembro). A negação da raça nos estudos organizacionais. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, São Paulo, SP, Brasil, 33.
- Conceição, E. B. (2016). Mulher negra em terra de homem branco: mecanismos de reprodução de desigualdades. In: Carrieri, A. de P., Teixeira, J. C., & Nascimento, M. C. R. (Orgs.). *Gênero e Trabalho: Perspectivas, Possibilidades e Desafios no Campo dos Estudos Organizacionais* (Cap. 9, pp. 277-319). Salvador: EDUFBA.
- Coutinho, C. L. R. (2011, julho). A estética e o mercado produtor-consumidor de beleza e cultura. *Anais do Simpósio Nacional de História*, São Paulo, SP, Brasil, 26.
- Crenshaw, K. W. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139-167.
- Crenshaw, K. W. (2005). *Féminisme(s): Recompositions et Mutations* (Cap. 2, pp. 51-82). (Coleção Cahiers du Genre, n. 39). Paris: L'Harmattan
- Cross, E. Y., Katz, J. H., Miller, F., & Seashore, E.W. (1994.) *The Promise of Diversity*. Burr Ridge, IL: Irwin.
- Degob, R., & Palassi, M. P. (2009). Os sentidos da participação dos colaboradores nos projetos e ações sociais dos Correios do Estado do Espírito Santo. *Organizações & Sociedade*, 16(49), 265-286.
- Dubar, C. (1997). *A Socialização*. Portugal: Porto.

- Faria, A. A. M. (2009). Aspectos de um discurso empresarial. In: A. P. Carrieri, L. A. S. Saraiva, T. D. Pimentel, & P. A. G. Souza-Ricardo (Orgs.). *Análise do Discurso em Estudos Organizacionais* (Cap. 2, pp. 45-52). Curitiba: Juruá.
- Fernandes, M. E. R., Marques, A. L., & Carrieri, A. P. (2010). Elementos para a compreensão dos estudos de identidade em teoria organizacional. In: A. P. Carrieri, L. A. S. Saraiva, A. G. Enoque, & P. E. Gandolfi (Orgs.). *Identidade nas organizações* (Cap. 1, pp. 29-62). Curitiba: Juruá Editora.
- Ferreira, J., & Hamlin, C. (2010). Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. *Revista Estudos Feministas*, 18(3), 811-836.
- Fleury, M. T. L. (2000). Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*, 40(3), 18-25.
- Flick, U. (2009) *Introdução à pesquisa qualitativa* (3a ed., p.405). Porto Alegre: Artmed.
- Fonseca, M. A. (2011). *Michel Foucault e a Constituição do Sujeito*. São Paulo: EDUC.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder* (4a ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1985). *História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1998). *Historia da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres* (12a ed., p. 232). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1999). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2004). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: M. Foucault. *Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade e Política* (pp. 264-287). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos E Técnicas De Pesquisa Social* (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Guimarães, A. S. A. (2006). Depois da democracia racial. *Tempo Social*, 18(2), 269-287.
- Hall, S. (1999). *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61-73.
- Holvino, E. (2010). Intersections: the simultaneity of race, gender and class in organization studies. *Gender, Work & Organization*, 17(3), 248-277.
- hooks, b. (2005, janeiro/fevereiro). Alisando nuestro pelo. *La Gaceta de Cuba*, (1), 70-73.
- Horne, W. A. V. (2007). The concept of black power: its continued relevance. *Journal of Black Studies*, 37(3), 365-389.
- Ipiranga, A. S. R, Lopes, L. L. S., & Souza, E. M. (2016). A experiência estética nas práticas de uma organização gastronômica. *Organizações & Sociedade*, 23(77), 191-210.
- Ituassu, C. T. (2012). *O Sentido do Sucesso: Uma Construção Social Made in USA*. Tese de doutorado, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.



- Izquierdo, M. J. (1994). Uso y abuso del concepto de género. In: M. Vilanova (Org.). *Pensar las diferencias* (Cap. 2, pp. 31-53). Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias.
- Jere-Malanda, R. (2008). Black women's politically correct hair. *New African Woman*, 14-18.
- Kelly, E. & Dobbin, F. (1998). How affirmative action became diversity management. *American Behavior Scientist*, 41(7), 960-85.
- Lage, M. L. C., & Souza, E. M. (2017). Da cabeça aos pés: racismo e sexismo no ambiente organizacional. *Revista Gestão Social e Ambiental - RGSA, Edição Especial*, 55-72.
- Lima, V. A. (2004). Cenários de representação da política, CR-P. In: A. A. C. Rubim. (Org.). *Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens* (Cap. 1, pp. 9-40). Salvador: EdUFBA & São Paulo: Editora UNESP.
- Malachias, R. (2009). *Cabelo Bom, Cabelo Ruim!*. (Coleção Percepções da diferença. Negros e brancos na escola, 1ª ed., v. 4). São Paulo: Editora Terceira Margem.
- Marina P. (2016). *Poema Sem Título*. São João del Rei, MG: Produção independente
- Mattos, P. L. (2011). "Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados": pondo os pingos nos is de tal ressalva [versão eletrônica]. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(Edição Especial), 450-468.
- Motta, R. (2000). Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil [versão eletrônica]. *Estudos Afro-Asiáticos*, (38), 113-133.
- Munanga, K. (1998). Teorias sobre o racismo. In: C. A. Hasenbalg, K. Munanga, & L. M. Schwarcz (Org.). *Racismo: Perspectivas Para um Estudo Contextualizado da Sociedade Brasileira* (Cap. 2, pp. 43-65). (Série Estudos e Pesquisas, v. 4). Niterói: EdUFF.
- Munanga, K. (2004). *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Nascimento, M. C. R., Oliveira, J. S., Teixeira, J. C., & Carrieri, A. P. (2015). Com que cor eu vou pro shopping que você me convidou? *Revista de Administração Contemporânea*, 19(3ª Edição Especial), 245-268.
- Nogueira, O. (2007). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, 19(1), 287-308.
- Pinto, N. (2010). *Ascensão Social Negra: Do Branqueamento à Solidariedade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- Rey, F. G. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade*. São Paulo: Pioneira Tomson.
- Rosa, A. R. (2014). Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 18(3), 240-260.
- Sansone, L. (1996). Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. *Afro-Ásia*, 18(1), 165-187.
- Saraiva, L. A. S. (2009). *Mercantilização da Cultura e Dinâmica Simbólica Local: A Indústria Cultural em Itabira*, Minas Gerais. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Saraiva, L. A. S., & Duarte, A. C. O. (2010). Dimensões da identidade em duas organizações do terceiro setor. In: A. P. Carrieri, L. A. S. Saraiva, A. G. Enoque, & P. E. Gandolfi (Org.). *Identidade nas organizações* (Cap. 4, pp. 107-124). Curitiba: Juruá Editora.

Saraiva, L. A. S., & Irigaray, H. A. R. (2009). Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? *Revista de Administração de Empresas*, 49(3), 337-348.

Schucman, L. V. (2012). *Entre o "Encardido", o "Branco" e o "Branquíssimo": Raça, Hierarquia e Poder na Construção da Branquitude Paulistana*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Senos, J. (1997). Identidade social e auto-estima. *Análise Psicológica*, 15(1), 123-137.

Silva, H. F. (2011). *Definições Sobre a Branquitude*. Recuperado em 2 de agosto, 2018, de <https://www.geledes.org.br/definicoes-sobre-branquitude/>.

Souza, E. M., Junquilha, G. S., Machado, L. D., & Bianco, M. D. F. (2006). A analítica de Foucault e suas implicações nos estudos organizacionais sobre poder. *Organizações & Sociedade*, 13(36), 13-25.

Strati, A. (1992). Aesthetic understanding of organizational life. *Academy of Management Review*, 17(3), 568-581.

Teixeira, J. C. (2015). *As Artes e Práticas Cotidianas de Viver, Cuidar, Resistir e Fazer das Empregadas Domésticas*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Van Dijk, T. A. (1997). Discourse as interaction in society. In: T. A. Van Dijk (Ed.). *Discourse as social interaction* (Cap. 1, pp. 1-37). London: Sage.

Zanoni, P., Janssens, M., Benschop, Y., & Nkomo, S. (2010). Guest editorial: unpacking diversity, grasping inequality: rethinking difference through critical perspectives. *Organization*, 17(1), 9-29.

Werneck, J. (2010). Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, 1(1), 8-17.